



EDUCAÇÃO E CULTURA POLÍTICA ANTIMILITARISTA: A CONTRIBUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS LIBERTÁRIOS E ANARQUISTAS

Fernando Bomfim Mariana
Universidade de Brasília, Brasil
fbmariana2009@gmail.com

RESUMO

Este artigo trata de alguns pressupostos da educação e da cultura política antimilitarista, a partir de conceitos, significados e vivências cotidianas que residem nos movimentos sociais e nas produções científicas libertárias e anarquistas – pautados distintamente pela resistência antiautoritária e anticapitalista. Para isso, evidencio dinâmicas contrárias às guerras, ao militarismo e demais práticas de terrorismo de Estado, assinalando o significado político indissociável das lutas sociais que promovam a paz a partir da justiça social, igualdade, liberdade e outros valores que nos possibilite o reencontro com a arte de viver e o respeito radical aos seres humanos e à vida no planeta Terra.

Palavras-chave: Educação libertária. Cultura política. Antimilitarismo.

EDUCACIÓN Y CULTURA POLÍTICA ANTIMILITARISTA: EL APORTE DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES LIBERTARIOS Y ANARQUISTAS

RESUMEN

Este artículo aborda algunos presupuestos de la educación y cultura política antimilitaristas, a partir de conceptos, significados y experiencias cotidianas que residen en los movimientos sociales y en las producciones libertarias y científicas anarquistas – claramente guiadas por la resistencia antiautoritaria y anticapitalista. Para ello, muestro dinámicas contrarias a las guerras, el militarismo y otras prácticas del terrorismo de Estado, señalando el significado político inseparable de las luchas sociales que promuevan la paz basada en la justicia social, la igualdad, la libertad y otros valores que nos permitan reencontrarnos la arte de vivir y el respeto radical por el ser humano y la vida en el planeta Tierra.

Palabras clave: Educación libertaria. Cultura politica. Antimilitarismo.

EDUCATION AND ANTIMILITARIST POLITICAL CULTURE: THE CONTRIBUTION OF LIBERTARIAN AND ANARCHIST SOCIAL MOVEMENTS

ABSTRACT

This article deals with some assumptions of antimilitarist education and political culture, based on concepts, meanings and everyday experiences that reside in social movements and in libertarian and anarchist scientific productions – distinctly guided by anti-authoritarian and anti-capitalist resistance. For this, I show dynamics contrary to wars, militarism and other practices of State terrorism, pointing out the inseparable political meaning of social struggles that promote peace based on social justice, equality, freedom and other values that allow us to reunite with the art of living and radical respect for human beings and life on planet Earth.

Keywords: Libertarian education. Political culture. Antimilitarism.



ÉDUCATION ET CULTURE POLITIQUE ANTIMILITARISTE: L'APPORT DES MOUVEMENTS SOCIAUX LIBERTAIRES ET ANARCHISTES

RÉSUMÉ

Cet article traite de quelques postulats d'éducation et de culture politique antimilitaristes, fondés sur des concepts, des significations et des expériences quotidiennes qui résident dans les mouvements sociaux et dans les productions libertaires et scientifiques – clairement guidé par la résistance anti-autoritaire et anticapitaliste. Pour cela, je montre des dynamiques contraires aux guerres, au militarisme et aux autres pratiques du terrorisme d'État, en soulignant le sens politique indissociable des luttes sociales qui promeuvent la paix fondée sur la justice sociale, l'égalité, la liberté et d'autres valeurs qui nous permettent de retrouver le art de vivre et respect radical de l'être humain et de la vie sur la planète Terre.

Mots-clés: Éducation libertaire. Culture politique. Antimilitarisme.

INTRODUÇÃO

A defesa de uma educação antimilitarista é uma das mais importantes e significativas possibilidades de vínculos entre a educação e cultura política. Neste texto¹ reflito acerca de alguns pressupostos da educação e da cultura política antimilitarista, a partir de conceitos, significados e vivências cotidianas que residem nos movimentos sociais libertários e anarquistas – pautados distintamente pela resistência antiautoritária e anticapitalista.

A luta antimilitarista fulgura dentre as mais radicais e atuais. Radicais porque pertencem à gênese de tais movimentos, e atuais pelo desdobramento da cadeia produtiva da violência – transnacionalizada em larga escala e incorporada economicamente nas condições gerais de produção nos principais Estados capitalistas – sejam de capitalismo liberal (Estados Unidos, Europa e outros), sejam de capitalismo de Estado (Rússia, China e outros). Decodificar alguns aspectos da cadeia produtiva da violência é um trabalho de pesquisa de enorme envergadura, porém as ideias aqui circunscritas procuram minar tal cadeia e imaginar uma sociedade para além de seus imperativos. Recentes produções acadêmicas de minha autoria já apontam para essa busca utópica (MARIANA, 2008, 2014, 2017, 2020), e penso que a decodificação dos sistemas de terrorismo de Estado seja uma temática de investigação elementar para as Ciências Humanas. Os pensamentos científicos libertários e anarquistas invariavelmente contribuem para isso.

¹ Pesquisa realizada com apoio da Universidade de Brasília através do edital DPI/DPG 02/2022.



ANARQUIA EM DEFESA DA VIDA E CONTRA A GUERRA

Inicialmente, ressalto a singularidade do anarquismo enquanto contraponto das guerras. Mesmo em momentos históricos peculiares cujas práticas anarquistas fizeram uso da violência, o anarquismo jamais derivou ditaduras ou sistemas políticos autoritários e sanguinários – ao contrário das ideologias capitalistas liberais, fascistas, nazistas ou bolcheviques. Estas ideologias permitiram o surgimento de guerras e atrocidades militares inigualáveis na História. E mesmo o marxismo, que tanto inspira uma sociedade comunista, se desenvolve à sombra dos Gulags e dos massacres do imperialismo russo-soviético: seus significados teóricos jamais estarão alheios às suas práticas sociais e históricas. Mesmo com suas infundáveis contradições e derivações ideológicas, o anarquismo pressupõe uma sociedade antiautoritária, autogerida socialmente e de amabilidade mútua entre os seres vivos do planeta.

Os anarquistas opuseram-se sempre à guerra, mas não se opõe todos à violência. São antimilitaristas, mas não necessariamente pacifistas. Para eles, a guerra é o exemplo supremo da autoridade fora de uma sociedade e ao mesmo tempo uma poderosa confirmação da autoridade dentro da sociedade. A violência e a destruição organizadas da guerra são uma versão imensamente aumentada da violência e da destruição organizadas do Estado: a guerra é a saúde do Estado. O movimento anarquista tem uma sólida tradição de resistência à guerra e à preparação da guerra. Alguns anarquistas apoiaram guerras, mas foram sempre considerados como renegados pelos seus camaradas, e esta total oposição às guerras nacionais é um dos grandes fatores unificadores dos anarquistas. Mas os anarquistas distinguiram as guerras nacionais – entre Estados – das guerras civis – entre classes. (WALTER, 2000, p. 27-28).

Ao mesmo tempo, a desobediência civil possui importante contribuição na recusa ativa dos dispositivos do sistema capitalista. Henry Thoreau em sua célebre obra “A desobediência civil” (1849), marca as reflexões acerca do repúdio ao pagamento de impostos exigidos pelo Estado para financiamento de guerras – anexação de territórios do México pelos Estados Unidos em seu contexto histórico –, e aponta para diversas outras formas de renúncia ao Estado através do posicionamento da condição do ser humano para além de uma cidadania coagida.

O serviço militar obrigatório é um dos pressupostos dos Estados Nacionais – ora para organização política dos corpos de sua população, através da composição de suas Forças Armadas, ora para efetivar guerras e “operações especiais” (aspas pelo eufemismo utilizado pelos burocratas para eventuais morticínios). A obrigatoriedade do serviço militar generalizado a toda população adulta é algo peculiar do Estado Moderno, e talvez essa seja a primeira mais significativa ingerência sobre o controle dos sujeitos. Uma das mais importantes contestações



desse sistema de controle massivo da população é o ato de não alistamento nas Forças Armadas, ou a deserção. Contestação rara na atualidade, uma vez que a ausência de certificação de alistamento acarreta na marginalização do sujeito, e nas suas mais diversas formas de destituição dos direitos mais elementares para a vida. A deserção, e o abandono das ações repressivas e mortíferas das Forças Armadas, por sua vez, caracteriza ato criminoso.

Maria Lacerda de Moura, em seu magnífico escrito “Serviço militar obrigatório para mulher? Recuso-me! Denuncio!” (1933), já desenvolvia alguns princípios radicais da luta antimilitarista. Em primeiro lugar, Lacerda de Moura não poupou as ditaduras nazistas, fascistas e bolcheviques, nem mesmo as iniciativas militares estadunidenses e outras que denominava “organização social de canibais civilizados e intoxicados da ciência de matar”, ou “o suicídio coletivo do gênero humano através da gigantania da técnica de guerra científica” (MOURA, 1999, p. 34). Importante ressaltar o contexto histórico entreguerras dos escritos da anarquista Maria Lacerda de Moura, em que a indústria bélica empregava mão-de-obra masculina, feminina e infantil. Notadamente na União Soviética observa-se o êxodo forçado de camponesas para as fábricas de armamentos – porém algo não tão diferente nos demais Estados que consolidavam suas economias nacionais na cadeia produtiva da violência. A lucidez antimilitarista e antinacionalista de Lacerda de Moura chega a desafiar o serviço militar obrigatório com a própria vida:

Recuso-me a me alistar ou comparecera chamada geral de mobilização. Recuso-me a cooperar, de qualquer modo, no exército de extermínio da vida humana e do desrespeito a liberdade individual. Desde já me considero alistada ao lado daqueles que serão sacrificados, voluntariamente, a sanha nacionalista. Prefiro morrer a matar. [...] Quem me poderá convencer de que devo matar alguém? Que força humana pode armar meu braço para que eu tire a vida de meu irmão? Quem tem o direito de impor a minha consciência o dever de pegar em armas, de fabricar armas ou contribuir para o massacre de uma guerra? (MOURA, 1999, p. 36-38).

Mas a sanha nacionalista não acalma os corações ressentidos e perversos. A fúria em defesa de uma bandeira patriótica pode alcançar desvarios organizacionais na própria política interna de segurança social do Estado, e são nesses desvarios que se emolduram as polícias militares. Financiados para a manutenção da ordem hierárquica capitalista, ora alienados de seus propósitos, ora vorazes na materialização de seus desejos atroz: o polícia se apresenta na vida cotidiana enquanto sujeito empoderado no monopólio da violência. No caso específico do Brasil, a Polícia Militar opera para além das legalidades instituídas nas esferas estatais. Responsável por numerosas execuções extrajudiciais, os denominados “esquadrões da morte”



representam uma facção paramilitar que assassina impunemente todo e qualquer cidadão que afronta a ordem estabelecida pela casta militar. Para além dos “esquadrões da morte”, diversos grupos paramilitares se organizam em torno de trabalhos de segurança para setores da elite financeira: as milícias protegem empresários e políticos profissionais que não poupam esforços para garantirem seus interesses privados. As milícias privadas ostentam uma permissão velada das autoridades judiciais para se apropriarem do monopólio da violência do Estado em benefício escancarado à proteção de seus privilégios e usuras.

Importante destacar as diferenças entre milícias privadas e milícias populares. Se a primeira volta-se para a consolidação da desigualdade social, as milícias populares se auto-organizam em prol de plataformas de lutas sociais por direitos e pela igualdade social. A principal diferença histórica entre as milícias privadas e as milícias populares reside na situação de ordem social hegemônica em que estão configuradas. As milícias populares (em geral compostas por trabalhadores e trabalhadoras de diversas origens, além de populações originárias) são formadas a partir das necessidades de defesa dos direitos sociais, de territórios, de bens públicos em geral. As milícias privadas (em geral compostas por militares e policiais – parte destes exonerados de suas instituições devido a comportamentos de extrema violência ou de demência) são formadas a partir das necessidades de defesa dos privilégios capitalistas, ou para apropriação de terras públicas e garantia de bens privados no geral. Milícias populares, ou até mesmo exércitos populares, podem representar rupturas sociais antagônicas ao militarismo – mesmo que suas aproximações no que se refere ao uso de armamentos sejam delicadas zonas de fronteira (como na Revolução dos Cravos, em Portugal).

Exemplos recentes de organizações populares armadas vinculadas aos propósitos de Revolução Social encontramos no Exército Zapatista de Libertação Nacional e na luta das mulheres no Curdistão, em Rojava – muito bem analisadas em GENNARI (2002) e em COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA POPULAR CURDA DE SÃO PAULO (2016), respectivamente. O controle territorial e as dinâmicas de autonomia social – ancorada em fundamentos de horizontalidade e de autorregulação do poder político – são elementos antagônicos ao militarismo do Estado e suas hierarquias e alienações. Tais movimentos sociais possuem ampla contribuição para um sentido educativo focado na preparação para a vida social, e dessa maneira transcendem as escolas, as práticas de educação popular, as memórias e cadernos pedagógicos.

Para além das palavras – é no reencontro da poesia da vida que as criações históricas destes movimentos sociais materializam as heterotopias de um mundo novo, em que o ser humano esteja construindo continuamente a



resistência contra o urbanocentrismo, contra o especismo e, em última análise, contra todas as formas de biofobia que se alastram através da cadeia produtiva da violência. E ao ressignificar o pacifismo a partir da ótica da crítica radical tais movimentos enredam um cotidiano de dignidade de luta social, e que certamente nos inspira. (MARIANA, 2014, p. 200).

O aprendizado de lutas populares mais agudas pode ser significativo em situações de resistência contra opressões do Estado, e muitas vezes são cruciais para desaguarmos em uma das principais idealizações da educação: a preparação para a vida social.

PAZ E ANTIMILITARISMO

A cultura política libertária congrega um conjunto de habilidades para o fortalecimento da autonomia social em relação ao sistema capitalista. Os coletivos anarquistas e libertários permitem uma educação antimilitarista não apenas através da produção de conhecimento em periódicos, revistas, fanzines, vídeos, etc., mas em especial nas ações diretas. As ações diretas nos espaços públicos expressam outros olhares sobre a violência: os olhares desvirtuados que se dilatam e condenam o estilhaçar de um vidro de uma agência bancária ou uma ocupação de trabalhadores sem-terra em latifúndios são os mesmos que se cegam perante um momento de violência cotidiana contra minorias ou de violações contra a vida e os direitos humanos.

Nesse sentido, o conceito de paz se complexifica, e se distancia em absoluto de apatia ou passividade. A paz, no significado aqui proposto, engendra sua indissociabilidade com justiça social, igualdade, alteridade, antiautoritarismo e respeito aos demais pressupostos libertários. Ou seja, jamais concebemos a paz enquanto algo neutro, mas sim como uma práxis determinada por significado político.

Em “Pacifismo e equilíbrio do terror”, Maurício Tragtenberg exalta a importância do movimento pacifista mundial na contramão daquilo que denomina “equilíbrio do terror”, seja o equilíbrio estabelecido pelas indústrias armamentistas estadunidense e soviética. Tragtenberg denuncia os exorbitantes gastos bélicos, a venda e proliferação de armas para os países de capitalismo atrasado entre as décadas de 1960 a 1980, e a contradição do emprego de recursos ao complexo militar industrial – incluindo pesquisas científicas para finalidades militares – em relação às necessidades de superação da fome endêmica no mundo. O texto faz importante referência a manifestos de movimentos pacifistas que pedem “paz sem armas, substituição da educação militar pelo ensino da paz nas escolas, desmantelamento dos arsenais nucleares a Leste e Oeste, a interdição de mulheres prestarem o serviço militar” (TRAGTENBERG, 2011, p. 449).



Surpreendentemente o artigo de Tragtenberg, publicado originalmente em 1984, possui uma atualidade excepcional, uma vez que afirma que

O movimento pacifista tem futuro na medida em que, além de suas reivindicações expressas, mostrar seu esforço na superação das estruturas capitalistas obsoletas no Ocidente e de capitalismo de Estado na URSS e Leste. Sem isso, corre o risco de converter o pacifismo em retórica vazia. (TRAGTENBERG, 2011, p. 449).

Impossível não contextualizar a ideia do autor na atualidade, em especial na conjuntura da guerra na Ucrânia iniciada pela Rússia em 2022. As retóricas dos defensores da OTAN e dos defensores da Rússia convergem unicamente na busca de algo infame: uma suposta justiça na guerra e uma justificativa para gastos do complexo militar industrial. No caso do Brasil, o que mais evidencia a retórica vazia da maioria dos denominados setores políticos da *esquerda* é, por um lado, se pronunciarem favoráveis à justiça social, e por outro apoiarem as operações militares russas na Ucrânia. Sob uma ingênua (ou cúmplice) ideia de que o inimigo do meu inimigo é meu amigo – ou seja, o imperialismo russo nos auxilia na luta social ao combater o imperialismo estadunidense – tais setores políticos negligenciam as atrocidades militares de ambos os países envolvidos nesta guerra (que, aliás, concentram o maior número de organizações nazistas e fascistas no planeta), além de se alienarem perante as dinâmicas de transnacionalização das grandes empresas bélicas (que operam a partir de capital misto nos conflitos mundiais e, numa macabra dinâmica econômica, se nutrem mutuamente da concorrência de seus produtos no mercado do complexo militar industrial).

Em minha tese de doutorado (MARIANA, 2008) já discorri sobre certas dinâmicas de transnacionalização de empresas armamentistas, em particular ao problematizar os impactos socioambientais das indústrias bélicas no contexto dos Acordos Internacionais de Desarmamento Nuclear. O caso da usina Kirovskii zavod (usina de incineração de mísseis nucleares na cidade de Perm, região dos montes Urais, Rússia) é exemplar: o programa de queimamento de mísseis nucleares – onde se queima a sucata do armamento e se recondiciona a ogiva nuclear – possui verba da transnacional Washington Group International repassada para a empresa russa Mashinostroitel. Por um lado, os resultados são catastróficos para os habitantes da região de Perm, que recebem os dióxidos altamente tóxicos liberados durante o queimamento dos mísseis. Por outro lado, o capital rentabilizado nas empresas bélicas estadunidense e russa reaquece a economia armamentista global.

Os coletivos antimilitaristas sensibilizavam a opinião pública sobre a importância do fechamento da usina Kirovskii zavod.



As estratégias de ação organizadas pela população, contrária à queima dos mísseis e foguetes em Perm, estão impulsionadas pelo sucesso de protestos populares antecedentes. A resistência contra o programa de queimamento de mísseis em Perm possui amplo apoio popular, principalmente da comunidade de Zakamsk, além das ações de cinco grupos de ativistas que atuam na cidade: Movimento Resistência Anarco-ecológica, União da Segurança Química, Movimento Autônomo de Moscou e outras cidades russas, Movimento contra a Violência de Ekaterinburgo, Guardiões do Arco-Íris. As atividades realizadas pela população de Perm e pelos grupos de ativistas englobam uma gama muito variada de ações: acampamentos permanentes de protesto na frente da usina Kirovskii zavod, bloqueios de prédios da administração, panfletagem, reuniões públicas, performances teatrais, atos e manifestações. (MARIANA, 2008, p. 42).

No texto “O futuro do movimento antinuclear”, Murray Bookchin problematiza a dinâmica de tais movimentos e os interpreta na importância central das ações diretas. Exalta que a “riqueza do movimento antinuclear consiste em dar conta quase intuitivamente da necessidade de romper com o sistema e de agir eficazmente fora dele” (1998, p. 16). Para Bookchin, não bastam os slogans “Não ao Nuclear” e restringirmos nossa crítica política ao tema específico da luta antinuclear. Se trata, em realidade, de uma superação das relações de exploração hierárquica da sociedade sobre a natureza, assim como da exploração do ser humano sobre o ser humano. E o princípio da ação direta, nesse sentido, facilita o desenvolvimento de uma outra cultura política sensível às nossas capacidades de auto-organização da vida social – para além de uma burocracia técnica de “experts” e políticos profissionais descomprometidos com a garantia do equilíbrio ecológico da vida planetária.

O princípio da ação direta não é outra coisa senão o alargamento da assembleia da cidade livre, o meio pelo qual cada indivíduo redescobre as energias escondidas em si próprio e readquire a confiança nas suas capacidades e nos seus próprios conhecimentos. A ação direta é o meio pelo qual o indivíduo pode assumir diretamente o controle da sociedade sem recorrer a representantes que usurpam não só o poder, mas também a personalidade de um eleitorado passivo e espectador que vive na sombra do eleito. (BOOKCHIN, 1998, p. 18).

O princípio educativo intrínseco à cultura política da ação direta libertária complexifica as noções restritas de cidadania voltada para a mera atuação nas esferas do Estado, expandindo as potencialidades da educação para a vida social. A condição humana reduzida à condição cidadã imposta pelas ordens estatais passa a ser questionada, e a própria possibilidade de uma sociedade contra o Estado (CLASTRES, 1988) pautada em pressupostos da democracia direta para além de aristocracias da democracia representativa (GRAEBER, 2011), reergue-se



perante uma civilização alienada nos nacionalismos e seus decorrentes militarismos. E imaginar a possibilidade de outras configurações societárias para além do Estado – selvagens, nômades, indomáveis, rebeldes – é o ponto central de uma educação antimilitarista.

A ordenação do vivente depende da consciência humana. A preocupação de harmonizar as espécies segundo um equilíbrio de vida recusa o equilíbrio estatístico que a miséria, a epidemia, a guerra, os massacres opuseram até agora à proliferação selvagem da flora, da fauna e da sociedade dos homens. [...] Assim se perpetua por inércia o velho reflexo de obediência que durante tanto tempo ocultou a vontade e a consciência de conceder ao vivente o privilégio de fundar um projecto social. (VANEIGEM, 2003, p. 129-130).

O pressuposto nacionalista de organização social é o mesmo pressuposto do militarismo. Nasce da subjugação que ambos imprimem a outras formas de ser e estar na sociedade. Pensar um lugar autônomo para comunidades, populações e povos coexistindo no mesmo território da Nação torna-se temerário para a soberania nacional. Aliás, a autodeterminação dos povos sempre se configurou como algo arriscado nos projetos nacionalistas, pois colocam em xeque a lógica da centralização do poder político – e do monopólio do uso da violência. Enquanto possibilidades de construção de autonomia política que apontam para o futuro, os territórios indígenas e quilombolas no Brasil representam tal contradição – mesmo incrustados num Estado genocida, racista e escravocrata.

A ideologia nacionalista se institucionaliza no Estado-Nação e se autonomiza perante seu próprio povo: sua preponderância perante a vida humana é exortada pela necessidade do ato de morrer pela Pátria em casos de guerra. Tal alienação se corrobora, ainda, na tríade sentença “Deus, Pátria e Família”: um único Deus que captura todas as outras formas de espiritualidade humana; uma única Pátria que esmaga as demais experiências de organização social; uma única família pautada por laços de sangue que renega a autoconstrução identitária de agrupamentos humanos. Aliás, imprescindível evidenciar a irracionalidade perpetuada por tais institucionalidades, e que atingem suas mais expressivas perversidades nas ideias incompatíveis entre si das “guerras justas” ou das “guerras santas”.

A alienação militarista atinge sua ostentação no lema ideológico “ordens são ordens” – em que as patentes inferiores cumprem ordens das patentes superiores sem poder questioná-las, e nem mesmo nos casos de violação dos direitos humanos. E muitas vezes as ordens militares se autonomizam em relação aos seus sujeitos, que nem sequer compreendem a natureza e o objetivo de determinada ordenação. O lema militar “ordens são ordens” é satirizado magistralmente na obra cinematográfica de Jorge Furtado, seja o curta-metragem “O dia em



que Dorival encarou a guarda” (1986), e que se tornou uma obra de arte antimilitarista atemporal.

CONCLUSÃO

A alienação social e a hierarquia são características fundamentais do capitalismo e, por sua vez, do militarismo. Todas as práticas educativas que se oponham a estes elementos contribuem para o exercício da consciência/responsabilidade de nossos atos e para uma sociedade igualitária e horizontal. Mas no contexto das guerras e do desenvolvimento da cadeia produtiva da violência observamos dois deslocamentos diferentes na área da educação. Por um lado, a dinamização de experiências escolares inovadoras que incorporam uma cultura de paz para afrontar e transcender uma sociedade agressiva; por outro, uma cultura de hostilidade marcada pelas escolas militarizadas, e pelas guerras e conflitos que ocasionam desestruturações ou mesmo destruições de sistemas escolares inteiros, e mortes de estudantes, professores e trabalhadores da educação.

Em nossa memória antimilitarista – elemento significativo para nossa reflexão – o fuzilamento de Francisco Ferrer Y Guardia, Janusz Korczak e seus estudantes no campo de extermínio, a experiência educacional da Colméia fundada por Sébastien Faure “vítima, como tantas outras obras edificadas com amor, da guerra odiada para sempre” (FAURE apud MORIYÓN, 1989, p. 144) jamais estarão relegadas ao esquecimento. E que essa memória jamais esteja pautada por ódio ou desespero. Peço licença para transportar a ideia de (re)existências indígenas de Case Angatu para agradecer todas as vítimas das hostilidades acima referidas através de nossa sublime ancestralidade: “Ao invés do rancor deveríamos cultivar a memória como uma planta que brota e cria raízes em nossas *angas* (almas). Quando deixarmos esta forma física humana... encantaremos e faremos parte da natureza” (ANGATU, 2017, p. 129).

As experiências escolares libertárias aportam uma tradição de práticas pedagógicas humanizadoras e emancipatórias. Diversos estudos já discorreram sobre tais práticas que permanecem guardiãs de uma educação antiautoritária, tais como Tolstoi (1977), Solà (1978), Moriyón (1989), Lipiansky (1999) e outros. Na atualidade, a Escola Paidéia – escola anarquista situada em Mérida, Espanha – incorpora em um de seus pressupostos uma educação para a não violência:



La ira nos genera la violencia y su materialización es la guerra; pero la guerra no es únicamente la confrontación de los ejércitos para imponer la hegemonía de su dominio, la guerra es la actitud cotidiana que confronta constantemente a cada persona con l@s semejantes que le rodean, y esa guerra subterránea y persistente es el germen de cualquier acto de muerte; cuando se aniquila la alegría, que es un sentimiento congratulante, lo único que se produce es la tristeza; por lo que a la hora de elegir se opta por lo que nos desvalora e negativiza, en lugar de concentrar las energías en engrandecer el valor y el sentimiento positivo. [...] Si fuésemos capaces de erradicar de nuestra esencia personal el deseo de poder y la cambiásemos por el de crear, posiblemente las guerras de ejércitos no podrían llegar a materializarse. (MATEO *apud* LUENGO, 2006, p. 123).

Vivemos um momento histórico único na História da Humanidade: a possibilidade efetiva de extinção da espécie humana e das infinitas formas de vida na Terra. Tal potencial inédito é possibilitado pelo desenvolvimento das forças armadas planetárias – em especial pelos armamentos nucleares, químicos, biológicos e outros.

O militarismo nos ultraja: desde suas ditaduras militares aos exércitos humanitários e suas “operações especiais”, das violências sexistas às veleidades disciplinares e uniformes ensanguentados. As guerras são crimes contra a humanidade. Mesmo que o desenvolvimento da cadeia produtiva da violência atinja proporções monstruosas, a educação e a cultura política antimilitaristas sempre representarão um dos movimentos fundamentais para que possamos repensar a condição humana e nossos desígnios enquanto seres vivos.

Humanizar a sociedade é não hierarquizar seres humanos. Emancipar a sociedade do capitalismo é, antes de tudo, combater os fundamentalismos políticos e religiosos, abolir as fronteiras, desmilitarizar o mundo em todos os seus extensos tentáculos sombrios. E superar a condição humana significa reencontrar a legitimidade de vida plena em todos os seres vivos que estejam em harmonia ecológica.

REFERÊNCIAS

ANGATU, Casé; TUPINAMBÁ, Ayra. Terrorismo de Estado e lutas indígenas: (re)existências indígenas e indianidades, enfrentando 517 anos de ditaduras. In: PITTA *et al.* (orgs.). **Terrorismo de Estado, direitos humanos e lutas sociais**. São Paulo: Entremares, 2017.

BOOKCHIN, Murray. **Textos dispersos**. Lisboa: SOCIUS, 1998.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1988.



COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA POPULAR CURDA DE SÃO PAULO. **Șoreșa Rojavayê**: revolução, uma palavra feminina. São Paulo: Terra Livre, 2016.

FURTADO, Jorge. **O dia em que Dorival encarou a guarda**. Curta-metragem. Porto Alegre, 1986. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Awedg1oki0g>. Acesso em: 07 set. 2022.

GENNARI, Emilio. **Chiapas**: as comunidades Zapatistas reescrevem a história. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

GRAEBER, David. **Fragments de uma Antropologia Anarquista**. Porto Alegre: Deriva, 2011.

LIPIANSKY, Edmond-Marc. **A pedagogia libertária**. São Paulo: Imaginário, 1999.

LUENGO, Josefa Martín. **Paideia** – 25 años de educación libertaria. Madrid: Colectivo Paideia, 2006.

MARIANA, Fernando B. **Educação e ecologia**: práticas de autonomia social ou renovados discursos do poder do capital transnacional? 2008. 180 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MARIANA, Fernando B. Olhares e luars de liberdade: cultura de emancipação humana no MST e no EZLN. *In*: VARGAS NETTO, Sebastião L. F. V. **Palavras que caminham o mundo**: Histórias e místicas do EZLN e do MST. Rio de Janeiro: Publit, 2014.

MARIANA, Fernando B. Educação popular, cultura política e terrorismo de Estado. *In*: PITTA et al. (orgs.). **Terrorismo de Estado, direitos humanos e lutas sociais**. São Paulo: Entremares, 2017.

MARIANA, Fernando B. Educação, cultura política e memória social: resistência aos terrorismos de Estado. *In*: SILVA, F. T.; VILLAR, J. L.; BORGES, L. F. (orgs.). **História e historiografia da educação brasileira**: teorias e metodologias de pesquisa. Curitiba: Appris, 2020.

MOURA, Maria Lacerda de. **Serviço militar obrigatório para mulher? Recuso-me! Denuncio!** (e outros escritos...). São Paulo: Opúsculo Libertário, 1999.

MORIYÓN, Félix G. (org). **Educação Libertária**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

SOLÀ, Pere. **Las escuelas racionalistas en Cataluña (1909-1939)**. Barcelona: Tusquets Editor, 1978.

THOREAU, Henry D. **A desobediência civil**. Porto Alegre: L&PM, 1997.

TOLSTOI, Leon. **La escuela de Yasnaïa Poliana**. Madrid: Ediciones Jucar, 1977.

TRAGTENBERG, Maurício. **Teoria e ação libertárias**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.



VANEIGEM, Raoul. **Declaração Universal dos Direitos do Ser Humano**. Lisboa: Antígona, 2003.

WALTER, Nicolas. **Do anarquismo**. São Paulo: Imaginário, 2000.

Recebido em: 10 de agosto de 2022.
Aceito em: 29 de dezembro de 2022.